



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

As pensões ilegais são já um problema de vários anos em Macau, apesar de o Governo ter promulgado, em 2010, a Lei sobre a Proibição de prestação ilegal de alojamento, para o seu combate. Os operadores das pensões ilegais aproveitam-se das insuficiências da lei e continuam, às escondidas, a explorar essa actividade, impedindo o Governo de alcançar um verdadeiro sucesso no seu combate e continuando a afectar, constantemente, os cidadãos.

Há dias, um jornal publicou um grande texto sobre a situação de exploração das pensões ilegais, revelando mesmo os trâmites do seu arrendamento, ou seja, as fracções autónomas que são utilizadas como pensões ilegais são procuradas no mercado de arrendamento pelos respectivos operadores, que se limitam a pagar uma renda a preços de mercado, por isso, os proveitos conseguidos foram, de facto, espantosos. No entanto, os operadores são muito cuidadosos na angariação dos seus clientes, portanto, os métodos de exploração tornam-se ainda muito mais ocultos.

Normalmente, as pensões ilegais situam-se em edifícios habitacionais, portanto, se a administração predial for pouco rigorosa, o edifício em causa facilmente se transforma num “viveiro do crime”, aliás, no passado, já se registaram vários crimes graves em pensões ilegais. A entrada e saída de estranhos pode causar graves problemas de higiene pública nos próprios edifícios, e caso se verifique algum incêndio nessas pensões, as consequências serão incalculáveis, devido à falta de equipamentos contra incêndio. Não restam dúvidas de que as pensões ilegais prejudicam o quotidiano dos cidadãos e constituem uma grande ameaça para a segurança da sua vida e dos seus bens.

A Lei n.º 3/2010 (Proibição de prestação ilegal de alojamento) já entrou



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

em vigor há cerca de 4 anos, no entanto, as pensões ilegais ainda não foram erradicadas, antes pelo contrário, a tendência é crescerem, pois para além do Porto Exterior, começaram a aparecer também na zona norte de Macau. Por conseguinte, o Governo deve rever, quanto antes, a lei em causa e reforçar a sua execução, no sentido de se combater, verdadeiramente, a prestação ilegal de alojamento.

Assim sendo, gostaria de interpelar sobre o seguinte:

1. Tendo em conta os métodos cada vez mais ocultos e diversificados de exploração das pensões ilegais, o Governo dispõe de alguma medida para o seu combate? É vulgar a população queixar-se sobre a fraca execução da lei de combate às pensões ilegais por parte do Governo. Qual é a explicação do Governo para isto? O que vai fazer, daqui para a frente, para otimizar esse seu trabalho?

2. A Lei n.º 3/2010 (Proibição de prestação ilegal de alojamento) já entrou em vigor há cerca de 4 anos, mas o problema das pensões ilegais nunca acabou, antes pelo contrário, parece é que está pior. Assim sendo, o que é que o Governo vai fazer? Vai rever essa lei, no sentido desta surtir melhores efeitos no combate às pensões ilegais? Existe algum calendário para essa revisão?

14 de Janeiro de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Leong On Kei